



J. Freitas

Ministro Carlos Minc (E), observado pelos senadores Fernando Collor e Eliseu Resende, presidente e vice-presidente da Comissão de Infraestrutura

Exploração do pré-sal é cinco vezes mais poluente, diz Minc

Ministro do Meio Ambiente, em debate na Comissão de Infraestrutura, alerta para o impacto da extração do petróleo da camada pré-sal, que libera CO₂ em taxa cinco vezes superior à dos campos normais, conforme explica

O envio de lixo de países desenvolvidos para o Brasil foi condenado pelo ministro. Segundo ele, o custo para tratar os rejeitos na Europa é de US\$ 250 por tonelada, enquanto são gastos apenas

US\$ 50 para transportá-los para países sul-americanos e africanos. Convidado a falar sobre a demora no licenciamento ambiental em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Carlos Minc apresentou

dados que mostram um aumento de 40% na emissão de licenças durante sua gestão à frente do Ministério do Meio Ambiente, iniciada em maio de 2008. Ele ainda defendeu a regularização de terras na Amazônia. **8**

Sarney presidiu reunião da Mesa do Senado, que decidiu encarregar a Diretoria-Geral de investigar responsabilidade por atos secretos



Jane Araújo

Mesa manda investigar mais 468 atos secretos

A Diretoria-Geral do Senado investigará 468 atos administrativos assinados há dez anos sem a publicidade exigida pela Constituição,

conforme decisão tomada ontem pela Mesa diretora. O 1º secretário, Heráclito Fortes, considerou "sabotagem e molecagem" a

inserção, somente agora, desses atos no sistema de informática da Casa. A maioria deles, acrescentou, nem surte mais efeitos. **4 e 5**

Dornelles anuncia acordo para votar Lei de Licitações

O ministro Paulo Bernardo e o relator da proposta na CAE, Eduardo Suplicy, participaram do entendimento. **2**

Gripe suína: Arns quer aperfeiçoar atendimento

Senador afirmou que o Paraná consegue deter agravamento da doença com protocolo claro de procedimentos. **7**

Respeito a direitos é obrigação no Mercosul

Acordo aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores prevê até suspensão de país que violar direitos humanos. **6**

Reformas tributária e política, prioridades para Lúcia Vânia

Parlamentar disse esperar que o Senado supere a crise para legislar "em favor dos que mais precisam". **3**

Senador diz que entendimento feito com Suplicy, relator da proposta, e ministro Paulo Bernardo sobre mudança em emenda permitirá inclusão de projeto na pauta do Plenário

Dornelles anuncia acordo sobre mudanças na Lei de Licitações

APROVADO PELA COMISSÃO de Assuntos Econômicos (CAE) em outubro do ano passado, o projeto que altera a Lei de Licitações poderá "finalmente" ser votado no Plenário do Senado, disse Francisco Dornelles (PP-RJ).

O que falta definir, segundo o senador, é se o substitutivo ao PLC 32/07 será novamente emendado ou se o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), redigirá outro substitutivo. De todo modo, as alterações que permitirão o exame do projeto pelo Plenário terão como base uma nova redação de quatro emendas de autoria de Dornelles aprovadas pela CAE.

Esses esclarecimentos foram feitos pelo senador depois de seu pronunciamento acerca de acordo com Suplicy e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, em torno da mudança das emendas. Das conversas participou também o deputado Márcio Reinaldo (PP-MG).



Dornelles diz esperar que projeto seja "finalmente" votado em Plenário

Dornelles disse que sua intenção era estabelecer a chamada inversão de pauta (vedando parcial ou totalmente o pregão) apenas para as contratações na área de engenharia, mas alguns interpretaram que a vedação era completa, inclusive para prestação de serviço intelectual.

– A regra geral é o pregão, uma modalidade eficiente, competente, transparente para a

licitação. Mas não poderá haver pregão para o caso de trabalhos intelectuais, porque não haveria sentido. Se a União quer contratar um escritório de advocacia para defendê-la na Organização Mundial do Comércio, ele tem que estar qualificado, não conta somente o preço – afirmou.

As novas emendas ao projeto que altera a Lei 8.666/93 estabelecerão que, para as obras de engenharia de até R\$ 500 mil, o pregão será obrigatório. De R\$ 500 mil a R\$ 3,4 milhões, o pregão será facultativo. Acima de 3,4 milhões, será aplicada a inversão de pauta, examinando-se primeiramente a qualificação técnica e só depois o preço e as demais formalidades legais.

Dornelles solicitou ao líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que analise a melhor forma de alteração da matéria e a leve ao colégio de líderes para inclusão na pauta do Plenário.

Em aparte, Suplicy confirmou o acordo anunciado.

Mercadante discorda de punição partidária para Marina Silva

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), declarou-se contrário a que seu partido invoque a fidelidade partidária para retirar o mandato de Marina Silva (AC) na hipótese de a senadora decidir filiar-se ao PV para disputar a Presidência da República em 2010.

Mercadante disse não concordar com a avaliação de integrantes do PT de que, "ao fazer a opção por essa caminhada, Marina Silva deixaria de ter os vínculos históricos que tem com o partido".

O senador leu carta aberta endereçada a Marina, assinada por todos os senadores que integram a bancada do PT. Na carta, os petistas destacam a coincidência entre a trajetória histórica

do partido e a de Marina Silva, recordando o importante papel desempenhado pela senadora na luta pela sustentabilidade ambiental no Brasil.

"Mas, qualquer que seja a sua decisão, seu vínculo com o PT jamais se quebrará. Sempre será assim, esteja onde ela estiver. E, esteja onde ela estiver, terá o nosso carinho, nossa admiração, nossa história comum", diz a carta.

Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, manifestou seu apoio ao pronunciamento de Mercadante, relatando ter observado em todo o PT "manifestação explícita" de que nenhuma punição deverá ser aplicada à senadora, caso ela deixe o PT.

Aloizio Mercadante também



Mercadante lembra vínculo histórico entre o PT e a senadora acreana

rebateu notícia publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual o ex-senador Gilberto Miranda faria acusações contra ele e o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) caso não vingasse o "acordo" para livrar de processos no Conselho de Ética o presidente do Senado, José Sarney, e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Mercadante leu nota do próprio Gilberto Miranda negando a existência das acusações.

Simon: Senado deveria se inspirar em José Alencar

Pedro Simon (PMDB-RS) se declarou preocupado com a "perda de valores e de referências no Senado e na política como um todo". Ele citou o vice-presidente José Alencar como exemplo de dignidade e correção que todos deveriam seguir.

Para Simon, Alencar representa uma das melhores referências da política brasileira, "por se comportar como todos deveriam agir: com ética, seriedade, perseverança, modéstia, esperança e fé", segundo suas palavras.

– Apesar de ter se tornado um dos maiores empresários do país, sem ter recebido heranças familiares, ele não se deixou contaminar. Nem o dinheiro nem a política abalaram seu modo simples e ético de viver. Quem o conhece há muito tempo diz que ele, como pequeno comerciante, grande empresário ou vice-pre-



Para Simon, vice-presidente é um exemplo de fé, ética e perseverança

sidente da República, continuou a ser o mesmo homem simples e ético que sempre foi – destacou o senador.

Ele lembrou que, mesmo lutando contra a doença e a possibilidade de morte, Alencar "mantém sua fé na vida e nos desígnios de Deus". Simon pediu que "Deus e a ciência encontrem a cura para esse mal que teima em lhe

afligir e premie a galhardia com que se submete a um tratamento experimental e perigoso".

– É preciso resgatar a fé na política. Em meio à tamanha turbulência que estamos vivendo, eu me espelho em José Alencar e em seu calvário para ter forças de continuar. Em seu momento de dor, ele permanece um exemplo de vida digna e exemplar, e espero que ele possa tocar corações e mentes para salvar o país e o Senado – afirmou.

Em apartes, Cristovam Buarque (PT-DF) disse que Alencar representa uma figura ímpar da política, em sua luta e sofrimento. Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou a decência e honestidade do vice-presidente. Wellington Salgado (PMDB-MG) se declarou "emocionado com o amor que Simon demonstrou por Alencar e por Minas Gerais".

Mozarildo pede que deputados votem projetos de sua autoria

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que quatro projetos de sua autoria, já aprovados no Senado e em tramitação na Câmara, sejam votados.

Um deles é a proposta de emenda à Constituição (PEC) que destina 0,5% do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as instituições federais de ensino superior (Ifes). O senador disse que, com a aprovação da PEC, as duas Ifes de seu estado – a Universidade Federal de Roraima e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – vão triplicar seu orçamento. Como o PSDB ainda não indicou os membros da comissão especial para analisar a PEC, Mozarildo anunciou que irá hoje ao líder do partido na Câmara pedir a indicação.

Outro projeto autoriza o Poder Executivo a criar um colégio militar em Boa Vista. Mozarildo ressaltou que Roraima é o estado mais setentrional do país – lembrou que o ponto mais ao norte do Brasil é o monte Caburá e não o Oiapoque, no Amapá – e faz fronteira com a Guiana e a Venezuela. Para o senador, é importante a formação de militares na própria região.

Mozarildo Cavalcanti enfatizou também a importância do projeto de decreto legislativo que autoriza o Poder Executivo a construir na região do rio Cottingo, na cachoeira do Tamandá, uma usina hidrelétrica. O projeto irá ajudar as comunidades indígenas da reserva Raposa Serra do Sol, que poderão receber royalties oriundos da exploração da usina.



Mozarildo quer incentivos à aviação regional e às universidades federais

O representante de Roraima ainda salientou a necessidade de se criar um adicional tarifário para financiar a aviação regional, assunto da quarta proposta para a qual pediu a atenção dos deputados. Afirmou que o Brasil tem hoje um duopólio no setor da aviação, com as empresas TAM e Gol Varig.

Embraer

O senador citou o exemplo dos voos de Manaus a Boa Vista, antes oferecidos pelas empresas Rico, de Manaus, e Meta, de Roraima. Essas empresas suspenderam seus voos por não terem condições de competir com as duas empresas grandes.

– Impressionante como um país como o Brasil não tem plano estratégico de médio e longo prazo. Temos uma fábrica de aviões, que vende toda a produção para o exterior. Como o Brasil não compra os jatos da Embraer, específicos para voos regionais, a empresa teve de demitir mais de 4 mil trabalhadores quando foram canceladas as encomendas do exterior em razão da crise econômica internacional – observou.

Mão Santa lê mensagem de servidor piauiense contra lapep

Funcionário público estadual enviou mensagem ao senador Mão Santa (PMDB-PI) protestando contra o Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí (Iapep), que deixou de oferecer, segundo o cidadão, diversos tipos de atendimento a seus associados. Entre as queixas feitas através do e-mail lido pelo senador, está o encerramento das atividades de uma clínica odontológica.

Mão Santa comentou que a justificativa para a suspensão do serviço é uma reforma, que até o momento não teria sido iniciada.

De acordo com o senador, o funcionário público também protestou contra a privatização da colônia de férias do Iapep, que, segundo ele, inviabilizou a hospedagem de servidores do estado, em virtude de os preços terem dobrado de valor.

Outro assunto levado ao Plenário por Mão Santa foi a publicação de notícia pelo portal GTerra na internet segundo a qual um prefeito filiado ao PT teria espancado e agredido verbalmente uma delegada do município de Sebastião Barros, a 940 quilômetros ao sul de Teresina.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão às 9h, não deliberativa, destina-se apenas a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos, estão Marco Maciel (DEM-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Kátia Abreu (DEM-TO).

Suplicy ressalta benefícios do acordo Brasil-Paraguai

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o chamado acordo Brasil-Paraguai, elaborado durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país, em julho. O documento intitulado "Construindo uma nova etapa na relação bilateral" permitiu, entre outros pontos, a correção do valor da energia que cabe ao Paraguai na Usina de Itaipu e é vendida ao Brasil.

Para entrar em vigor, o acordo precisa ser aprovado pelo Congresso dos dois países. Suplicy pediu o apoio dos senadores à medida, ressaltando que os pontos do acordo, "mais do que meras liberalidades em relação a aliados de momento, trata-se de políticas de Estado na defesa do interesse nacional".

Segundo Suplicy, o diálogo franco entre Lula e o presidente Fernando Lugo permitiu que se chegasse a soluções, dentro do



Fotos de Gerardo Maglioli

Para Eduardo Suplicy, medida não prejudica interesses brasileiros

marco legal do Tratado de Itaipu e do direito internacional, que atendem aos legítimos anseios paraguaios sem prejudicar os interesses brasileiros. O tema gerava muito ressentimento no povo paraguaio, o que impedia uma avaliação equilibrada dos reais benefícios da parceria com o Brasil, explicou o parlamentar.

Jayne cobra a duplicação da "Rodovia da Morte", em MT

Jayne Campos (DEM-MT) defendeu ontem a retomada das obras de duplicação da BR-364, no trecho entre os municípios de Rondonópolis, Cuiabá e Diamantino. Ele afirmou que, nesse trecho, a estrada é conhecida como "Rodovia da Morte" e, por isso, a duplicação contribuiria para a segurança das pessoas que nela transitam.

– Além disso, 15% da receita do setor agrário brasileiro trafega pela BR-364 e pela BR-163, no trecho entre Rondonópolis e Posto Gil [em Diamantino] – destacou o parlamentar, acrescentando que, "dessa forma, uma parcela importante da riqueza do país roda tendo a morte como companheira de viagem".

Segundo Jayne Campos, 72% dos acidentes registrados nas rodovias federais de Mato Grosso ocorrem no percurso em que a BR-364 e a BR-163 "correm sobre o mesmo leito". Ressaltou que as obras nesse trecho estão



Jayne Campos afirma que retomada da obra aguarda licença do Ibama

paralisadas porque aguardam a licença ambiental do Ibama.

O senador informou que a bancada de Mato Grosso se reuniu esta semana com o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, para solicitar rapidez na licença. Disse que, embora a direção do órgão tenha mudado sua postura, "empenhando-se para dar agilidade aos processos, as respostas ainda não são as desejadas".

Paim anuncia enquête sobre proposta para aposentados

Paulo Paim (PT-RS) pediu que a população ajude a decidir se a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) deve aceitar um pacote apresentado pelo governo no qual este apontaria sua proposta em relação ao fator previdenciário e ao reajuste real para a categoria. Sugeriu que os aposentados e pensionistas entrem em seu site – www.senado.gov.br/paulopaim – e deem sua opinião.

O senador disse ter recebido a notícia na noite de quarta-feira, após reunião entre a Cobap, centrais sindicais e representantes do governo.

A posição do Executivo, segundo Paim, é que, para continuar a negociação, os aposentados e pensionistas terão de abrir mão dos projetos já aprovados por unanimidade no Senado e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados: o



Paim confia em entendimento sobre projetos em favor de aposentados

que determina o fim do fator previdenciário; o que prevê a recuperação das perdas; e o que reajusta as aposentadorias no mesmo índice do salário mínimo.

– Se não houver acordo, essas matérias irão para o voto – sentenciou o senador, que disse que irá "torcer muito para que se construa um entendimento".

Senadora espera que a Casa supere a crise e possa legislar no sentido de que o Brasil retome o desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida da população

Lucia Vânia: reformas política e tributária são prioridades

A SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) apontou ontem, entre as prioridades do Congresso Nacional nos próximos meses, as reformas política e tributária "há muito reclamadas e sempre postergadas". Ela disse que a reforma política, em discussão na Câmara e que deverá começar a ser analisada pelo Senado nas próximas semanas, poderá colaborar para o aperfeiçoamento do processo eleitoral.

Em relação à reforma tributária, a senadora observou que a matéria impõe-se em razão da atual crise financeira mundial, que pode barrar o desenvolvimento do país e comprometer a prosperidade da sociedade.

Crise

Lúcia Vânia disse também esperar que o Senado supere a crise que vem enfrentando nos últimos meses, "que deixa perplexa a sociedade brasileira" e até mesmo os parlamentares.



Apesar da crise, Senado aprovou várias MPs para ajudar o país, diz Lúcia Vânia

– Espero que a crise tenha um fim para que possamos realmente legislar em favor dos que mais precisam e que o Brasil, livre da crise econômica, retome o desenvolvimento da economia para melhorar a qualidade de vida da população e cumprir seu destino de nação civilizada dentro da contemporaneidade.

Lúcia Vânia lembrou que a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Em-

pregabilidade, presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), já fez diversas recomendações ao Poder Executivo. Entre elas, citou a redução do *spread* bancário (diferença entre os juros que os bancos pagam para captar dinheiro e os juros que cobram de sua clientela), o aumento da concorrência no sistema financeiro e a redução dos demais custos associados ao *spread*.

A senadora ressaltou ainda que o Senado, apesar da crise que enfrenta, aprovou diversas medidas provisórias com a finalidade de ajudar o país a superar a crise financeira mundial, como a que prevê o alongamento do recolhimento de impostos, as que reduzem impostos para a indústria e para a construção civil, e a que trata do parcelamento de débitos de responsabilidade dos municípios decorrentes de contribuições sociais.

Malta destaca sanção de lei que aumenta punições a pedófilos

"Prestem atenção, tarados de plantão", alertou ontem Magno Malta (PR-ES), ao destacar que, na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 12.015, que estabelece punições maiores para crimes sexuais como pedofilia, assédio sexual contra menores e estupro seguido de morte. A pena para qualquer crime sexual que resulte em gravidez terá aumento de 50%.

O senador disse que a nova legislação também passou a considerar crime a prática de qualquer ato libidinoso contra menores de 14 anos e portadores de deficiência. Antes a lei classificava esse tipo de delito como atentado violento ao

pudor. A pena para o estupro contra maiores de 14 anos e menores de 18 anos passou de seis a dez anos para de oito a 12 anos de reclusão. O estupro seguido de morte, que hoje é punido com até 25 anos de prisão, passou para até 30 anos.

O assédio sexual de menores de 18 anos, que era punido com um a dois anos de reclusão, passou a ter pena de um ano e quatro meses a dois anos e oito meses de prisão. Malta informou que a nova lei também criou a figura do estupro vulnerável, que é praticado contra menores de 14 anos e portadores de deficiência. A punição vai de oito a 15 anos de reclusão.

Malta lamentou que a crise



Segundo Malta, penas podem ser elevadas até a metade

que atinge o Senado tenha impedido maior divulgação de outra matéria importante aprovada antes do recesso. Trata-se do projeto de iniciativa da CPI da Pedofilia (PLS 275/08) que criminaliza expressamente a conduta de quem se aproveita sexualmente de adolescentes expostos à prostituição, exploração sexual ou abandono.

Valter Pereira elogia lei antifumo de São Paulo

Valter Pereira (PMDB-MS) disse, da tribuna, considerar "um marco histórico" a Lei 13.541, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por proposta do governador José Serra (PSDB), que impõe drástica restrição ao tabagismo em todos os espaços de uso coletivo.

O senador lembrou que medidas com objetivos semelhantes, como imagens negativas em maços de cigarros, já foram adotadas no Brasil, mas considerou que os resultados são muito tímidos.

– O vício é tão forte que passa a dominar os viciados. Por outro lado, esse tipo de medida não protege o fumante indireto, também chamado de tabagista passivo, na verdade uma vítima do tabagismo alheio, porque, involuntariamente, vive inalando a fumaça dos outros – afir-



Valter Pereira: Rio e Minas também vão ampliar regras contra tabagismo

mou o parlamentar.

Valter Pereira recordou que a primeira providência adotada para diminuir os efeitos do cigarro sobre o grupo dos não fumantes foi a criação dos chamados "fumódromos", áreas reservadas especificamente para fumantes.

Na prática, observou o senador, essa proteção mostrou-se

também ineficaz, uma vez que as paredes de estabelecimentos públicos não represam a fumaça internamente, permitindo sua circulação no ambiente. No ambiente doméstico, os danos para os "fumantes passivos" são igualmente grandes e até maiores, assinalou.

– O governo de São Paulo fincou um marco histórico que deve repercutir intensamente na vida e nos costumes da população, tanto de São Paulo, como, acredito, de todo o país, se é que vale a tendência que está se esboçando – aplaudiu Valter Pereira.

O senador ressaltou ainda que os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), e de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), estão anunciando que seus estados também vão endurecer as normas contra o tabagismo.

Mesa determina investigação sobre outros 468 atos secretos

Novos atos descobertos foram assinados há dez anos. De acordo com o 1º secretário, Heráclito Fortes, a maioria já perdeu efeito. O senador classificou como “molecagem” a inserção, por funcionário, dos dados sobre os atos no sistema de informática da Casa

80 atos não publicados são revalidados

Na última terça-feira o presidente do Senado, José Sarney, revalidou 80 atos que haviam sido anulados por não terem sido publicados na data de sua criação, que abarca o período entre 1999 e 2008. Os atos convalidados tratam da designação ou dispensa de servidores efetivos para funções comissionadas.

A medida foi tomada, de acordo com o ato do presidente publicado no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal de número 4.267, porque as determinações revalidadas, apesar de não terem sido publicadas, geraram efeitos imediatos fazendo com que os servidores atingidos por elas deixassem ou assumissem funções com as atribuições e serviços decorrentes.

Esses servidores no exercício da função assinaram documentos, emitiram certidões e atestados e tomaram decisões, ressalta o texto. Além disso, “o vício da falta de publicação já foi sanado”, destaca o documento. O ato de José Sarney releva ainda que os atos revalidados não tratavam de medidas que acarretassem lesão ao interesse público ou prejuízo de terceiros.

Sarney: Senado quer retomar trabalhos

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que o maior interesse da Casa, no momento, é retomar os trabalhos e dedicar-se à pauta de matérias que aguardam deliberação. Ele disse que as prioridades hoje são as reformas política e tributária.

— Todo mundo deseja que o Senado volte a seus trabalhos, à convivência e que possa realmente realizar aquelas reformas que estamos pendentes de votar, como as relativas às medidas provisórias, no que diz respeito à reforma política e à reforma tributária.

A DIRETORIA-GERAL DO Senado vai investigar 468 atos administrativos assinados há dez anos sem a publicidade exigida pela Constituição federal. A decisão foi tomada ontem pela Mesa Diretora. O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), definiu como “sabotagem e molecagem” a inserção, só agora, desses atos no sistema de informática da instituição. Para o senador, não será difícil descobrir responsáveis.

Ele disse considerar que a iniciativa partiu de servidores que “acham que vão voltar ao poder para praticar o que se praticou durante todo esse tempo”. He-

ráclito salientou que os atos, “na sua quase totalidade, não surtem mais nenhum efeito”, por consistirem em rotina burocrática.

A divulgação de que existem outros 468 atos não publicados, para ele, é uma tentativa de desestabilizar o trabalho da comissão que vinha tomando providências sobre os primeiros 511 atos secretos identificados.

— Os atos foram inseridos dois dias após a comissão ter concluído o trabalho com relação aos atos secretos anteriores. E o mais curioso é que havíamos pedido a todos os setores, a todas as diretorias que enviassem infor-

mações a respeito do assunto — afirmou.

O senador disse que não vai “conviver com atos secretos” e que eles serão apurados um a um.

— A meu pedido, a Mesa determinou à Diretoria-Geral que tome providências, criando comissão, que fará o que for necessário para a apuração desses fatos — frisou.

Ele explicou que o sistema de informática guarda a “digital” de quem divulgou esses números.

— Estamos trabalhando para saber quem pôs a informação

no sistema e acho que vamos descobrir. É um absurdo o que foi feito.

Indagado se a pessoa que pôs esses novos dados no sistema pode ser um aliado de Agaciel Maia, ex-diretor-geral da Casa, Heráclito Fortes afirmou que não desejaria suspeitar de ninguém.

— Eu não gosto de fulanizar. Acho que são diretores de gestões passadas que estão trabalhando no sentido de desestabilizar o que vem sendo feito até agora. Se houve crime, se houve má-fé, nós vamos tomar providências e aplicar medidas exemplares.



Reunião da Mesa Diretora, presidida por Sarney (C). Segundo Heráclito Fortes (3º à dir), apuração já estava em curso

Heráclito atribui vazamento a disputa entre servidores

Em discurso no Plenário, o 1º secretário, Heráclito Fortes, disse ontem que a Diretoria-Geral e a Secretaria de Recursos Humanos do Senado já tinham conhecimento da nova leva de atos secretos. Porém, a informação não havia sido divulgada em virtude de não haver ainda segurança com relação a sua quantidade e os seus efeitos.

Um levantamento detalhado estava em curso quando a informação foi levada a uma emissora de televisão.

— O que fizeram foi uma molecagem, uma arapuca. Até porque a maioria dos atos não tem nenhum efeito prático. Foram editados há dez anos, já surtiram os efeitos que tinham que surgir e cessaram. Não tenho dúvida de que se instalou na Casa uma briga interna envolvendo, inclusive, funcionários. Eu os chamaria de fundamentalistas que estão esperando a volta do aiatolá — afirmou Heráclito Fortes.

O senador pelo Piauí afirmou que a crise do Senado também está sendo estimulada de maneira deliberada por alguns que tentam jogar a instituição

contra a opinião pública e, dessa forma, evitar o desenrolar dos trabalhos das CPLs das ONGs e da Petrobras.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) manifestou preocupação de que novos atos ainda possam ser descobertos. Eduardo Suplicy (PT-SP) declarou apoio às iniciativas já adotadas para dar maior transparência à Casa e pediu a publicação da remuneração dos servidores no Portal da Transparência. Já Magno Malta (PR-ES) disse que é importante descobrir a intenção por trás dos atos secretos.

Por sua vez, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que todos os atos secretos, inclusive os irrelevantes, inusitados e surpreendentes, representam uma afronta à legislação e um desrespeito à lei. Romeu Tuma (PTB-SP) observou que o importante é que a apuração se dê com tranquilidade para que os envolvidos com os atos secretos possam ser punidos. O ex-presidente Garibaldi Alves (PMDB-RN) esclareceu que, dos 106 atos secretos que seriam editados na sua gestão na Presidência do Senado, a quase totalidade foi assinada

pelo diretor-geral, por outros diretores e pela Mesa.

Sabotagem

O 1º secretário do Senado também afirmou que o Prodasen (Secretaria de Informática da Casa) estuda a possibilidade de alguém estar querendo sabotar o seu sistema (*leia ao lado*), razão pela qual o acesso a dados do Senado tem sofrido frequentes panes. Jornalistas reclamaram de que têm tido dificuldades para acessar o sistema da Casa.

— Nós, senadores, somos as maiores vítimas disso. É um instrumento de trabalho que acessamos via *notebook* em Plenário e que vem caindo com frequência — afirmou.

Indagado se existe uma conexão entre as falhas apresentadas pelo sistema de informática e a divulgação de que existem outros 468 atos secretos, Heráclito manifestou-se negativamente.

— Antes, precisamos saber se estamos com o sistema esgotado. A justificativa do Prodasen é que pode haver um trabalho de sabotagem. São ilações. Mas eu quero fatos concretos — disse.

Ataque dificulta acesso ao site do Senado

A Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) divulgou nota sobre ataques ao site do Senado na internet, que estariam ocorrendo desde a semana passada.

De acordo com o Prodasen, a página do Senado (www.senado.gov.br) tem sido alvo de tentativas de “Negação Distribuída de Serviço”, prática cada vez mais comum no ambiente virtual. O nome de tal prática, em inglês, é Distributed Denial of Service (DDoS) e, de acordo com a nota, pode ser resumido da seguinte forma: “equipamentos espalhados pela internet direcionam um volume exorbitante de tráfego para o site a ser atacado, criando um congestionamento que atrapalha o acesso de usuários legítimos”. Os sites Twitter e Facebook já foram vítimas de ataques desse tipo.

O Prodasen esclarece que já vem tomando as medidas necessárias para a solução da situação e que os resultados têm sido satisfatórios até o momento. Caso a situação se agrave, o órgão poderá solicitar auxílio do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), que é o grupo de resposta a incidentes de segurança para a internet brasileira, mantido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. O CERT.br é responsável por receber, analisar e responder a incidentes de segurança envolvendo redes conectadas à internet no Brasil, conforme o site da entidade.

A nota diz ainda que a 1ª Secretaria do Senado já determinou o levantamento das origens dos problemas.



Duque invoca decisão do STF para arquivar denúncia

PMDB recorre contra arquivamento de representação

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar recebeu ontem recurso contra o arquivamento de representação do PMDB para a abertura de investigação contra o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). O pedido é assinado por cinco integrantes do colegiado, senadores do próprio PMDB, do PTB e do PCdoB. O arquivamento foi decidido na quarta-feira pelo presidente do conselho, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que adotou no caso a mesma decisão já anunciada em relação a denúncias e representações contra o presidente do Senado, José Sarney.

Uma das acusações contra o líder do PSDB no Senado era a de que manteve em seu gabinete, por mais de um ano, um funcionário que estudava na Espanha. Ao formular a representação, o PMDB tomou como base discurso do próprio Arthur Virgílio em Plenário.

O senador admitiu o fato, mas também anunciou a decisão de começar imediatamente a devolver ao Senado os salários pagos ao funcionário no período do afastamento. Mesmo avaliando o ato como irregular, Paulo Duque entendeu que a devolução isenta o acusado de processo.

Para Sérgio Guerra, investigações são prioridade

O presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), afirmou que a prioridade de todos os senadores deverá ser examinar e votar as representações já apresentadas contra José Sarney e Arthur Virgílio no Conselho de Ética. Segundo ele, haverá votações na Casa somente depois de decididas essas questões, a não ser que surja alguma matéria urgente e de grande interesse da população.

Sérgio Guerra lembrou que o PSDB já apresentou recurso para reabrir as representações arquivadas pelo presidente do conselho, Paulo Duque, e o PMDB também recorreu contra o arquivamento da denúncia contra Arthur Virgílio. Se surgirem outras denúncias, opinou, o caminho deverá ser o Conselho de Ética.

Conforme o senador, PT e PMDB estão divididos, pois sofrem pressão da opinião pública e do presidente Lula. Por isso, disse, não é possível prever como os senadores desses partidos votarão no Conselho de Ética. Na opinião de Sérgio Guerra, há 20 dias, Sarney estava disposto a se afastar da Presidência do Senado para facilitar as investigações, mas “o presidente Lula não deixou. Agora, o momento passou”.

Duque pode reunir conselho na quinta para julgar recursos

Conselho de Ética deverá examinar questionamentos sobre decisão de seu presidente de arquivar representações contra o presidente do Senado e o líder do PSDB. Paulo Duque quer decisão em bloco antes do prazo regimental de 30 dias

O PRESIDENTE DO Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), afirmou que poderá marcar reunião do colegiado para a próxima quinta-feira a fim de votar os recursos questionando suas decisões de arquivamento de seis representações e seis denúncias contra o

presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Ele lembrou que tem regimentalmente 30 dias para a conclusão dos processos, mas adiantou que quer os recursos julgados antes desse prazo e, de preferência, todos os 12 recursos de uma só vez.

Paulo Duque disse que não deverá alterar “nenhuma virgula” de suas decisões, até porque, segundo acrescentou, tudo já está publicado.

O presidente do Conselho de Ética argumentou que as representações e denúncias se baseiam apenas em matérias publicadas

pela imprensa e citou, em suas decisões pelo arquivamento, trecho do agravo regimental na petição 2.085 do Supremo Tribunal Federal (STF). O texto afirma que “declaração constante de matéria jornalística não pode ser acolhida como fundamento para a instauração de um procedimento criminal”.

Gilvam Borges prevê “feridos” em disputa no Conselho de Ética

Como membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) reconheceu que “haverá feridos nesta guerra”, ao falar do exame e da votação das representações contra os senadores José Sarney e Arthur Virgílio, protocoladas no conselho.

— Não houve recuo, nem tré-gua, nem carta escondida na manga. Houve recurso contra o arquivamento das representações no conselho e elas deverão ser examinadas e votadas na próxima semana. Vamos decidir no voto.

Em entrevista, Gilvam Borges

disse que o presidente do Senado, José Sarney, tem sido muito investigado nos últimos anos, mas sempre se mostrou disposto a oferecer esclarecimentos sobre as denúncias e, “desta vez, não será diferente”.

Gilvam não reconheceu haver pressões do presidente Lula sobre

os senadores titulares do conselho, mas afirmou que o PT é um partido “dividido em duas ou três facções, como o PMDB”.

— Dizer que o presidente Lula controla um ou outro partido seria faltar com a verdade. Ele tem ascendência sobre parte do PT e parte do PMDB.

Virgílio quer “acabar com fábrica de dossiês”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou a apresentação de projeto de resolução que veda a eleição, como membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de senador que esteja sendo processado por crimes contra o patrimônio, a administração e as finanças públicas, a ordem tributária e por crimes de lavagem de bens, direitos e valores, bem como ações de improbidade administrativa.

O senador também anunciou que na próxima terça-feira encaminhará um requerimento à Mesa para “acabar com essa fábrica de

dossiês que tem aqui na Casa”. Ele informou que o requerimento solicita a abertura de todas as contas e gastos de todos os senadores, envolvendo despesas como viagens, passagens, médico-hospitalares e odontológicas. Ele cobrou rapidez da Mesa, pois ainda não recebeu resposta de requerimentos anteriores.

Virgílio condenou a censura sobre a imprensa no Brasil e em países da América do Sul, lamentando a “censura imposta” pelo desembargador Dácio Vieira ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

O senador ainda classificou de “leviana por uns e açodada por outros” a maneira com que estão falando sobre um suposto “acordão” para arquivar as representações feitas ao Conselho de Ética.

Também leu nota da Associação dos Profissionais de Comunicação Social do Senado Federal (Comsefe), em que a entidade afirma que se manterá vigilante a qualquer tentativa de direcionar os conteúdos produzidos pela comunicação social da Casa e defende a ocupação dos cargos de direção por servidores efetivos do Senado.



Virgílio condena “censura imposta” por desembargador a *O Estado de S. Paulo*

Cristovam propõe vigília para discutir problemas do Senado

Ao comunicar o resultado de reunião ocorrida ontem na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ideia discutida no encontro sobre a realização de uma vigília no Senado para examinar os problemas administrativos da Casa.

De acordo com o senador, a audiência, na qual seria dada oportunidade para pessoas da sociedade apresentarem sugestões e críticas para a melhoria do funcionamento da instituição, poderia ser formulada nos moldes da vigília “Amazônia para Sempre”, que ocorreu no Senado em maio.

— Por que não trazer pessoas de fora do Senado para falar aqui dentro como já fizemos no caso da Amazônia? A Amazônia é fundamental, mas o Senado também.

Manifestando sua impressão pessoal relativa à existência de um clima de insatisfação geral nas ruas com o Senado, Cristovam comunicou a realização, no próximo sábado, de eventos em várias cidades do país para discutir a crise



Cristovam diz que Senado precisa “fazer as pazes” com a sociedade

na instituição.

— Coitado do Carlos Bordalo. Ele foi mandado: “Você vai fazer isso contra esse cara que está me chateando todos os dias naquela tribuna. Ele vai lá para falar da saúde, da educação, da segurança, e eu não quero que ele fale” — disse Mário Couto, acrescentando que essa “é uma tática antiga, da época da ditadura”.

Mário Couto solicita à PF que investigue denúncia de deputado

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou ontem que encaminhou ofício ao diretor do Departamento de Polícia Federal (DPF) solicitando que sejam adotados todos os procedimentos necessários para a apuração “das graves e levianas declarações” do deputado estadual Carlos Bordalo (PT-PA). De acordo com o senador, Bordalo o acusou, a mando da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, de ser traficante e de ter mandado sequestrar a filha (de Bordalo), que sofre de doença mental.

— Coitado do Carlos Bordalo. Ele foi mandado: “Você vai fazer isso contra esse cara que está me chateando todos os dias naquela tribuna. Ele vai lá para falar da saúde, da educação, da segurança, e eu não quero que ele fale” — disse Mário Couto, acrescentando que essa “é uma tática antiga, da época da ditadura”.

Na avaliação do senador, entre os motivos para que Ana Júlia Carepa pedisse a um deputado que o acusasse, estaria a sugestão, feita por ele em Plenário, de que a go-



Mário Couto acusa adversários de usar “tática antiga, da época da ditadura”

vernadora parasse de frequentar os bares da capital. Mário Couto afirmou que mesmo que a defesa do povo do Pará custe o seu próprio sangue, não deixará de falar. Ele assegurou que a sua vida pública é limpa, honesta e está à disposição de qualquer pessoa.

— São muitos anos tentando me denunciar de alguma coisa e até hoje não conseguiram. Não adiantam ameaças, não vão conseguir nada. A voz vai ser a mesma, alta, em defesa do meu querido estado. Não vão me calar — prometeu.

Projeto que vai ao Plenário acolhe protocolo que prevê sanções a países do bloco em caso de "graves e sistemáticas violações" a prerrogativas fundamentais do indivíduo



Fotos de José Cruz

Mesquita Júnior, no comando da reunião, anuncia que apresentará relatório ao Parlasul na próxima semana

Comissão aprova acordo por direitos humanos no Mercosul

A PLENA VIGÊNCIA das instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais serão "condições essenciais" ao processo de integração dos países que integram o Mercosul, segundo o Protocolo de Assunção. O texto desse acordo, firmado em 2005, está contido no Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 486/09, aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O protocolo se aplicará em caso de "graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais" em cada um dos países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Também será observa-

do em "situações de crise institucional ou durante a vigência de estados de exceção".

Se um dos países experimentar tais situações, os demais promoverão consultas entre si e com a parte afetada, de acordo com o protocolo. E, se as consultas forem ineficazes, os demais países do bloco estudarão medidas a aplicar, "tendo em vista a gravidade da situação existente". As medidas poderão envolver desde a suspensão do direito de participar do processo de integração até a "suspensão dos direitos e obrigações" ligados a esse processo.

Segundo relatório do senador Efraim Morais (DEM-PB), o protocolo pode ser considerado

uma espécie de "cláusula de direitos humanos" do Mercosul.

– O Protocolo de Assunção fortalece o Mercosul político no que diz respeito à proteção dos direitos humanos, abordagem que estava incompleta no arcabouço institucional do bloco.

Durante o debate, o vice-presidente da CRE, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), informou que apresentará, na próxima semana, à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, relatório sobre a situação dos direitos humanos nos países do bloco. O projeto que ratifica o protocolo será examinado agora pelo Plenário do Senado.

Comissão aprova protocolo entre Peru e mercado comum

A Comissão de Relações Exteriores também aprovou parecer favorável ao PDS 432/09, cujo relator substituto foi o senador Flávio Torres (PDT-CE), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e o Peru. O protocolo acrescenta ao acordo, que se encontra em vigor desde 2006, um mecanismo de solução de controvérsias.

Também recebeu parecer favorável o PDS 476/09, tendo como relator *ad hoc* Flávio Arns (PT-PR), que aprova convênio complementar ao Convênio de Seguridade Social entre o Brasil e a Espanha.

A CRE aprovou voto de louvor



Flávio Torres apresenta parecer favorável ao ato internacional

de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da comissão, Geraldo Mesquita Júnior e Flávio Arns, pelos 60 anos da Escola Superior de Guerra.

Parlamentares de Botsuana visitam a CRA terça-feira

Para discutir temas relacionados ao agronegócio, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) recebe terça-feira, às 9h30, uma delegação de Botsuana. A comitiva é formada por parlamentares e representantes do Ministério da Agricultura daquele país.

Com cerca de 3 milhões de habitantes e localizado no sul do continente africano, Botsuana fechou um acordo com a Embrapa visando ao fornecimento de tecnologia e assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura naquela nação. A Embrapa levará inovações tecnológicas em produção pecuária e desenvolvimento agrícola.

Secretário de Justiça convida Sarney para seminário

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, que veio lhe convidar para um Seminário Internacional sobre Extinção de Domínio.

Provenientes do Ministério da Justiça, tramitam no Congresso projetos destinados a extinguir o domínio que os criminosos tem sobre bens e recursos originários de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Segundo Tuma Júnior, para combater o crime organizado e a corrupção é preciso atacar a estrutura financeira, "demonstrando que o crime não compensa".

– A gente quer realizar esse

seminário no Senado para que dele participem os presidentes e integrantes das duas Casas do Legislativo. É um tema polêmico, mas que já avançou bastante noutros países. É uma ação de cunho cível que extingue o domínio sobre bens hoje protegidos pela lei até a sentença transite em julgado. – disse.

O secretário também afirmou que o assunto interessa a vários países, "por isso o caráter internacional do seminário".

A preferência por realizá-lo no Senado, observou Tuma Júnior, é para que os parlamentares "já se inteirem de um assunto sobre o qual terão que deliberar na hora de votarem os projetos oriundos do governo".

Ampliação da LICENÇA-MATERNIDADE

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Valdir Raupp • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Mão Santa aponta situação de penúria dos municípios

Mão Santa (PMDB-PI) citou o presidente da Associação Piauiense de Municípios e prefeito de Bocaina, Francisco de Macedo Neto, para falar da penúria por que passam os municípios brasileiros. O senador referiu-se a entrevista do prefeito a jornal do Piauí em que relata que os prefeitos esperavam aumento de 31% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em agosto, mas o que ocorreu foi uma redução de 16,6%.

Segundo o senador, o prefeito lhe disse que nunca enfrentou "tanta dificuldade".

Na entrevista, lida em voz alta por Mão Santa, o prefeito diz que desde janeiro, quando os repasses do FPM começaram a cair, os prefeitos "vêm se virando como podem para honrar compromissos de seus municípios".

Mão Santa afirmou ainda que



Mão Santa adverte que quadro pode piorar com nova queda de repasses

a situação pode piorar: comunicado da Secretaria do Tesouro Nacional previu queda de 11,9% no repasse no próximo mês. Ele citou ainda o coordenador da bancada federal do Piauí, deputado Júlio César (DEM), para quem é necessário ajudar os municípios, e a solução por ele prevista é o pagamento de emendas de parlamentares ao orçamento.

Projeto de Vicente Claudino aperfeiçoa repasses da União

João Vicente Claudino (PTB-PI) comunicou ter apresentado projeto que modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) como forma de aperfeiçoar o repasse de transferências voluntárias às unidades da Federação.

As transferências voluntárias são aqueles recursos correntes ou de capital que, mesmo não decorrendo de imposição constitucional ou legal, são repassados a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira.

O senador explicou que a proposta permitirá a liberação de todos os recursos relativos à execução do convênio assinado, desde que o conveniente esteja cumprindo integralmente seu plano de execução e tenha aprovadas todas as prestações de contas a ele referentes, independentemente de ter surgido, após a liberação da primeira



João Vicente Claudino anuncia apresentação de proposta

parcela, algum questionamento em outro convênio firmado por aquele ente federativo.

Ao consultar o Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios (Cauc), explicou o senador, o gestor público pode verificar se os beneficiários de transferências voluntárias de recursos da União estão cumprindo as exigências legais.

Raupp: investimento do governo federal impulsiona Rondônia



Raupp afirma que os impactos positivos são visíveis no estado

O estado de Rondônia, em especial a região onde está localizada a capital, Porto Velho, vem apresentando nos últimos meses um desenvolvimento econômico e social significativo, segundo afirmou ontem Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador ressaltou que o crescimento da região está sendo impulsionado por pesados investimentos federais, principalmente os referentes às construções das usinas

hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira.

Os impactos positivos são visíveis, acrescentou Raupp, como a construção de 150 prédios comerciais e residenciais e de mais de 6 mil residências em Porto Velho.

Além disso, afirmou Raupp, o número de novos estudantes matriculados nas redes municipal e estadual de ensino vem crescendo exponencialmente. Grandes supermercados, *shopping centers* e fábricas de cimento e de grãos também estão desembarcando na capital.

De acordo com o senador, 9 mil trabalhadores já foram contratados para trabalhar nas obras das duas usinas, e pelo menos mais 10 mil devem ser contratados nos próximos meses. Para Raupp, há necessidade de mais investimentos na saúde, na segurança pública e na melhoria do trânsito em Porto Velho.

Senador pede ao Ministério da Saúde que o medicamento adequado seja aplicado assim que identificados os sintomas da Influenza A, como ocorreu em seu estado

Arns relata as medidas que reduziram gripe A no Paraná

A ADOÇÃO, POR parte do Ministério da Saúde, de um protocolo claro de procedimentos em relação ao tratamento de pacientes infectados com a Influenza A (H1N1) foi defendida por Flávio Arns (PT-PR). O senador considera fundamental que, uma vez identificados os sintomas dessa gripe, seja determinada a imediata aplicação do medicamento para o controle da doença.

A seu ver, o tratamento deve ser iniciado o quanto antes, e não somente quando em casos de agravamento da doença. Arns afirmou que esse procedimento já está sendo adotado no Paraná e que ele tem recebido relatos de que o número de casos vem reduzindo-se enormemente.

O senador disse que, nos sábados e domingos, os médicos paranaenses estavam atendendo dois casos de Influenza A por hora, encaminhando ao menos uma pessoa, para internação, a cada dia. Nos últimos dias, passaram a receber três a quatro casos por dia e, desde segunda-feira,



Arns quer adoção de protocolo de procedimentos

não se registra nenhum caso de internação.

– Usando a expressão que eles usaram e que repito aqui, os resultados estão "dramaticamente melhores" – disse.

Arns explicou que, de acordo com as informações recebidas, a redução dos casos deve-se a diversos fatores, destacando-se, entre eles, a mudança de hábitos da população. As pessoas estão mais cuidadosas com a higiene das mãos, estão evitando participar de aglomerações e as mulheres grávidas estão sendo alvo de atenção especial. Outros fatores atuantes são o término

do período mais influente da gripe tradicional e o aumento das temperaturas no fim do inverno.

Perplexidade

Flávio Arns disse que há uma perplexidade entre os funcionários do Senado, que, segundo afirmou, não estariam sendo orientados com intensidade sobre os problemas relacionados

com a gripe. Ele elogiou as medidas já divulgadas pelo 1º secretário, Heráclito Fortes, de suspensão das visitas ao edifício do Senado. Disse que elas vêm no sentido correto de evitar aglomerações que possam colocar as pessoas em risco de contágio.

– Que o Senado possa ter o que for necessário, com a orientação de autoridades sanitárias, infectologistas, que possamos tomar todas as providências necessárias e ficarmos atentos aos funcionários, apoiando e garantindo orientação e atendimento imediatos.

Senado adotará novas ações de prevenção

O presidente do Senado, José Sarney, informou ao Plenário que a Mesa diretora, em sua reunião de ontem, adotou uma série de medidas para prevenir a disseminação da Influenza A nas dependências da Casa.

O anúncio foi feito em resposta a Flávio Arns, que, em discursos, vem defendendo a adoção de medidas nesse sentido no Senado e em todo o país.

Sarney informou que foi montada uma equipe multidisciplinar composta por pneumologista, assistente social e psicólogo, para acompanhar o atendimento de possíveis casos da nova gripe no Senado.

Orientações

Também foi providenciada a compra de gel para a assepsia

das mãos e a difusão de orientações, via intranet, para o reconhecimento dos sintomas e para a prevenção do contágio.

Sarney disse que o debate foi provocado pelos serviços médicos do Senado e da Câmara dos Deputados.

Ele lembrou que as duas instituições compartilham espaços comuns, em um edifício em que circulam, diariamente, cerca de 15 mil pessoas, o que o torna uma área de elevado risco de contágio.

Por essa razão, diversas providências estão sendo tomadas em parceria.

Gestantes

A exemplo da Câmara, o Senado também determinou o ponto facultativo para as gestantes que

trabalham na instituição, o grupo com maior risco de contágio, ressaltou Sarney.

Outra medida, já anunciada anteriormente pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), foi a restrição às visitas guiadas pelo edifício do Senado, "uma vez que a Casa recebe, nessas ocasiões, pessoas das mais diversas partes do Brasil e do mundo, que podem vir de áreas com grande incidência da doença".

Sarney anunciou ainda que a diretoria da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado terá uma reunião com diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para examinarem a possibilidade de o serviço médico do Senado ter acesso a medicamentos de combate à gripe A.

Papaléo cobra medidas para evitar venda de remédio falso

Ao citar a estimativa de que 20% a 30% dos medicamentos vendidos no país são falsificados, Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou do governo federal a adoção de novas medidas de combate a esse crime. Ele anunciou que solicitará, na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), uma audiência pública para discutir a questão – tema de reportagem publicada no jornal *Correio Braziliense*.

– O Brasil está entre os países que mais consomem medicamentos falsificados no mundo.

Papaléo destacou ainda que, segundo o Instituto Etco, as "máfias" de remédios falsificados que operam no país movimentam anualmente cerca de US\$ 4 bilhões. Também informou que, nos primeiros quatro

meses deste ano, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apreendeu 170 toneladas de medicamentos falsos – o que, de acordo com ele, equivale a oito vezes o total de apreensões do ano passado.

Entre os remédios mais "pirateados", o senador mencionou os indicados para emagrecimento e disfunção erétil, além daqueles utilizados como anabolizantes.

– E um dos casos mais abomináveis é o da falsificação do Glivec, medicamento destinado a quem tem câncer – ressaltou.

Segundo Papaléo, a internet se tornou o principal meio de venda desses produtos, devido à dificuldade em rastrear e identificar *sites* que praticam tal comércio, muitas vezes sediados



Papaléo vai solicitar audiência pública para discutir a questão

em outros países. Ele observou ainda que "grande parte" dos produtos entram no Brasil pelo Paraguai, para então serem oferecidos na internet, em bancas de camelôs e em farmácias.

– Não há dúvida de que esse comércio está nas mãos do crime organizado – declarou o senador, acrescentando que "a elevada carga tributária do Brasil contribui para o florescimento dessas quadrilhas".



Roberto Cavalcanti rebate críticas de países ricos

Cavalcanti: Brasil se empenha pela Amazônia

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) rebateu ontem críticas que vêm sendo feitas ao Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, no que diz respeito à maneira como o país cuida da Amazônia. O senador afirmou que, ao contrário da devastação e do abandono apontado por esses críticos, o Brasil está empenhado no enfrentamento do grande desafio que representa garantir um desenvolvimento sustentável na imensidão amazônica. Ressaltou que inúmeros projetos estão sendo implementados na Amazônia Legal, buscando ampliar o conhecimento da região, seus problemas e possíveis soluções.

Roberto Cavalcanti assinalou que muitos europeus e norte-americanos acreditam que se poderia fazer muito mais pela conservação da região amazônica. No entanto, observou, se comparada a situação brasileira com a dos países vizinhos do Norte, que tiveram colonização inglesa, francesa e holandesa, é notável a desvantagem desses em relação à atuação do Brasil nessa área.

O senador afirmou que tanto a Guiana, antiga Guiana Inglesa, como o Suriname, antiga Guiana Holandesa, e a Guiana Francesa, pouco têm contribuído para o enfrentamento dos problemas da Amazônia.

– O Suriname tem feito ao menos seu dever de casa, combatendo a contaminação de seus rios pelo mercúrio, ou as diversas atividades ilícitas disseminadas por seu território? – indagou.

Ele observou que, por sua vez, “a Guiana enfrenta sérios problemas de criminalidade, mostra enorme dificuldade de controlar o vaivém por suas modestas fronteiras e apresenta a mais baixa expectativa de vida do continente sul-americano”.

– Já a Guiana Francesa, que é parte do território francês e politicamente vinculada à França, tem uma situação que em nada colabora para enfrentar os problemas comuns a seus vizinhos na Amazônia – afirmou.

Carlos Minc, do Meio Ambiente, explica à Comissão de Infraestrutura que extração do petróleo do pré-sal libera CO₂ a taxas muito superiores à dos campos normais, o que exige captura do gás

Explorar pré-sal é cinco vezes mais poluente, diz ministro

O MINISTRO DO Meio Ambiente, Carlos Minc, alertou que a exploração de petróleo na camada pré-sal libera dióxido de carbono (CO₂) em taxas até cinco vezes maiores que os campos normais. Para explorar a reserva, enfatizou, o Brasil terá de investir em tecnologias para captura e estocagem do CO₂.

– O pré-sal é uma riqueza que reverterá para o lado social, mas isso não pode ser acompanhado pela explosão de CO₂ – observou.

O ministro participou ontem de debate, que durou mais de cinco horas, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Minc disse ser favorável à utilização de hidrovias para transportar mercadorias e passageiros. Por provocação da Agência Nacional de Águas (ANA), enfatizou, os ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e do Meio Ambiente decidiram tratar os licenciamentos ambientais de forma integrada com o objetivo de criar procedimentos unificados quanto a eletricidade e a hidrovias no que diz respeito a projetos envolvendo eclusas.

O ministro afirmou ser contrário ao aumento da utilização do carvão como matriz de energia térmica ou outras fontes que venham a “sujar” a matriz brasileira. Ele ressaltou que o Brasil precisa estimular a produção de energia renovável.

Respondendo ao senador Gilberto Goellner (DEM-MT), o ministro afirmou que, para desestimular o uso do carvão e do óleo diesel como fontes de energia térmica, o ministério vem tomando medidas legais que

obrigam as indústrias siderúrgicas a compensar tal uso. O tema causou polêmica, disse, o que levou o ministério a estabelecer um processo de negociação e a minimizar as exigências até que seja alcançado um consenso. Minc salientou a necessidade de apresentar alternativas energéticas, como as de origem eólica ou hídrica, a fim de que os empreendedores possam modificar a fonte energética para outras ambientalmente mais corretas.

O ministro disse ainda que o Brasil não precisa plantar cana-de-açúcar em áreas de preservação ambiental, como o Pantanal ou a Amazônia, uma vez que há terras suficientes para a produção de etanol. Se a produção se der em áreas de preservação ambiental, salientou, outros países podem usar isso contra o Brasil e estabelecer barreiras comerciais para prejudicar o país.

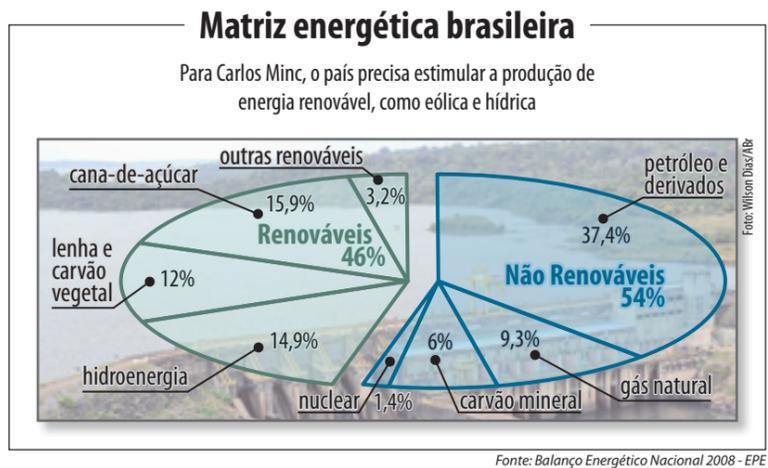
Para conter o desmatamento na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente também defendeu a regularização das terras naquela região. Em sua avaliação, a falta de titulação

das propriedades provoca conflitos fundiários pela posse das terras, bem como dificulta a ação do governo, tanto para punir os responsáveis por crimes ambientais como para oferecer crédito aos produtores. Minc informou que o objetivo do ministério é liberar 300 mil títulos de propriedade em três anos.

Lixo

Respondendo a questionamento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Carlos Minc explicou que a prática de países desenvolvidos de enviarem lixo para países em desenvolvimento é antiga por ser esse um método barato. O custo para tratar o lixo na Europa, informou, é de cerca de US\$ 250 por tonelada, enquanto para enviá-lo a países sul-americanos ou africanos é de US\$ 50. Os Estados Unidos, a Bélgica, a Itália e a Inglaterra, relatou, já enviaram lixo para o Brasil, inclusive químico.

– Já temos dificuldade de tratar do nosso lixo. Só falta termos de tratar o lixo, seja doméstico ou químico, dos outros países.



Carlos Minc (D), ao lado do presidente da CI, Fernando Collor, condenou uso de carvão e óleo diesel como fonte de energia térmica

Ministério aumentou em 40% licenciamentos ambientais

O ministro Carlos Minc disse, em audiência na Comissão de Infraestrutura, que o Ministério do Meio Ambiente concedeu, na sua gestão, iniciada em maio de 2008, 472 licenças ambientais para obras, 40% a mais do que no mesmo período do ano anterior, das quais 213 foram obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Minc também afirmou que propostas implantadas por ele reduziram em cerca de 50% o tempo para a concessão de licenças. No entanto, explicou que o processo de licenciamento não deve ser visto apenas pelo critério da agilidade.

– O primeiro afã de um governante é licenciar tudo o que for mais rápido possível, mas, pelo lado ambientalista, a primeira reação é oposta a essa – afirmou.

Comissão debaterá sistema de defesa da concorrência

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem requerimento do senador Delcídio Amaral (PT-MS) para a realização de audiência pública sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 6/09) que estrutura o sistema de defesa da concorrência, com mudanças no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia do Ministério da Justiça. A reunião, em data ainda a ser marcada, será em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Serão convidados para o debate o presidente do Cade, Arthur Bandin, e representantes de agências reguladoras e da Casa Civil da Presidência da República.



Viana lembra que Pronaf recebeu R\$ 15 bilhões este ano

Tião Viana destaca avanços no crédito rural

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou, em discurso no Plenário, apoio às reivindicações de movimentos em defesa da reforma agrária, mas fez questão de assinalar as conquistas obtidas durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ele destacou a oferta de crédito por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a criação de assentamentos rurais, “embora ainda haja muito a avançar”.

Tião Viana disse que os contratos de crédito rural tiveram uma “progressão extraordinária” no país nos últimos anos, passando a atender pequenos trabalhadores rurais em mais de 5.400 municípios em 2009, contra um pouco mais de 3 mil municípios atendidos até 2000.

O senador ressaltou ainda que a margem de contratação do crédito em 2002 foi de R\$ 3 bilhões, sendo que apenas um pouco mais de R\$ 1,5 bilhão foi executado, contra R\$ 15 bilhões destinados neste ano pelo governo ao Pronaf.

– Isso é algo extraordinário e tem que ser considerado na hora de uma reivindicação, de um protesto, porque é a presença da política de crédito brasileira no setor produtivo mais necessitado historicamente em nosso país – afirmou.

Gripe A

Viana observou ainda que, embora o Ministério da Saúde venha agindo com correção no combate à gripe A, provocada pelo vírus H1N1, é preciso descentralizar as ações de saúde, como forma de aprimorar o atendimento prestado à população.

– Não se pode restringir tanto as áreas de atendimento, de orientação e de acesso à informação por parte da população – disse.

Para o senador, que é médico, o governo deve adotar a descentralização também no que diz respeito às decisões sobre a análise e a separação dos casos menos graves da doença daqueles que exigem atenção redobrada das autoridades médicas.